

Intelectuais do ISEB e populismo: modernização e nacional-desenvolvimentismo

LÉO POSTERNAK*

Neste trabalho serão estudadas as interpretações do fenômeno do populismo feitas por intelectuais que participaram do ISEB – Instituto Superior de Estudos Brasileiros. Os encontros do que ficou conhecido como grupo de Itatiaia começaram em agosto de 1952, no Parque Nacional de Itatiaia, em local cedido pelo Ministério da Agricultura, quando começou a reunir-se um grupo de intelectuais em cuja agenda constava “o esclarecimento de problemas relacionados com a interpretação econômica, sociológica, política e cultural de nossa época, [...] e com o estudo histórico e sistemático do Brasil” (SCHWARTZMAN, 1981: 3). Este grupo seria a semente do Instituto Brasileiro de Economia, Sociologia e Política (IBESP) e do subsequente ISEB.

Em 1953, o IBESP começa a publicar os *Cadernos do Nosso Tempo*, totalizando cinco volumes. Colaboraram nos *Cadernos*, entre outros, Alberto Guerreiro Ramos, Candido Mendes de Almeida, Hélio Jaguaribe, Hermes Lima, Ignácio Rangel e João Paulo de Almeida Magalhães (SCHWARTZMAN, 1981: 3). Esta publicação seria considerada o berço da ideologia nacional-desenvolvimentista, que cresceria no decorrer da década, sendo o IBESP o núcleo básico para a organização do ISEB.

As idéias do ISEB estavam afinadas, no plano econômico, com o pensamento da CEPAL¹ e, em especial, com as de Celso Furtado que, embora não tenha feito parte formal do ISEB, estava próximo das idéias daquele grupo. A afinidade dos pensamentos de Furtado com os da CEPAL é destacada na análise de Ricardo Bielschowsky:

O que Furtado, Prebisch e os cepalinos estavam tentando mostrar era que as estruturas produtivas socioeconômicas eram tais que, para conseguir crescer e se desenvolver, você precisava de um tipo de

* Bacharel em Ciências Sociais pela PUC - Rio e em Engenharia Civil pela UFRJ. Mestre em Ciências Sociais pela PUC - Rio. Doutorando em Ciências Sociais pela PUC - Rio. E-mail: lposternak@gmail.com.

¹ A CEPAL (Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe) foi criada em 1948 pelo Conselho Econômico e Social das Nações Unidas com o objetivo de incentivar a cooperação econômica entre os seus membros. Esta organização reunia importantes nomes do pensamento desenvolvimentista latino-americano. Postulava que a industrialização, planejada pelo Estado, era o principal caminho para superação do subdesenvolvimento dos países da América Latina. Seu mais destacado intelectual foi Raúl Prebisch (1901-1986).

política econômica diferente daquela aplicada nos países centrais. [...]. Essencialmente, tem dois elementos que são centrais, o primeiro é a idéia da heterogeneidade, a baixa diversificação da estrutura produtiva. A mensagem central é industrializar, mas naquelas condições não era fácil. Dava problemas de balanço de pagamentos, de inflação. O segundo ponto central, que vem da teoria do Prebisch e que Furtado vai absorver completamente, é a idéia da heterogeneidade tecnológica, no seguinte sentido: alguns segmentos – toda a cadeia exportadora – têm alta produtividade, e existe uma parcela muito grande da população que trabalha a baixos níveis de produtividade. Isso resulta em pouco excedente, pouca poupança para investir, e problemas para satisfazer a demanda rapidamente crescente no processo de industrialização, porque a capacidade de investir era baixa. O corolário disso tudo é o Estado. Como corolário é preciso planejar o processo de industrialização nessas condições (BIELSCHOWSKY, 2008).

No artigo *Que é o ademarismo* (QUE É O ADEMARISMO, 1981: 23-30) publicado no primeiro semestre de 1954, e cuja autoria não pode ser claramente estabelecida, os intelectuais do IBESP ressaltam a relevância do estudo do populismo, por enxergarem possibilidade de sucesso da candidatura de Adhemar de Barros nas próximas eleições. Na procura do entendimento de o que seria o ademarismo, afirma-se contundentemente: “O ademarismo é um populismo” (QUE É O ADEMARISMO, 1981: 25). Esta seria a classificação que melhor lhe conviria e que, segundo o artigo, já vinha sendo utilizada na linguagem corrente inúmeras vezes. Chamava a atenção, no entanto, para o fato de que o populismo ainda não havia sido conceituado, nas condições brasileiras. O artigo analisa líderes populistas em diversos momentos da História, desde o helenismo, passando pelo Império Romano, e chegando ao fascismo.

Identificam uma influência marxista na confusão que se tem feito entre movimentos de base popular e os movimentos de esquerda. O artigo argumenta que, uma vez que para estes existe o pressuposto de que posições reacionárias só podem ser assumidas por integrantes das classes dominantes, surge uma tendência a interpretar que quaisquer manifestações políticas apoiadas em extensa base popular tenham valores progressistas e inovadores. O populismo, entretanto, seria uma manifestação de massas, e não de classe.

Jaguaribe: a modernização contida

Boa parte dos intelectuais do ISEB clamava que a questão do desenvolvimento nacional era do interesse de toda a Nação, e não apenas dos grupos dominantes do cenário político-social. Tendo passado por momentos de dissensões e reformulações internas, as posições destes intelectuais em relação às ações políticas e econômicas eram diversas. Um episódio marcante de tensão foi por ocasião do lançamento do livro *O nacionalismo na atualidade brasileira*, de Hélio Jaguaribe, no qual o autor defendia teses que eram “consideradas ‘espúrias’ pelo movimento nacionalista” (TOLEDO, 1997: 207). Neste livro, Jaguaribe fazia fortes críticas ao nacionalismo brasileiro, afirmando tratar-se de “uma ideologia vaga, sem formulação teórica e carregada de contradições” (JAGUARIBE, 1958: 12), de insuficiente caracterização, reunindo “correntes de extrema direita, ligadas, no passado, aos movimentos de propensão fascista, e correntes de extrema esquerda, como o Partido Comunista” (JAGUARIBE, 1958: 12).

Conforme Maria Emilia Prado, a obra de Jaguaribe acima citada teria sido um ponto de inflexão nos debates dos intelectuais dentro do ISEB. Prado enfatiza a contribuição de Jaguaribe na quebra da quase unanimidade das interpretações hegemônicas na intelectualidade ligada, à época, ao desenvolvimentismo, e que rejeitava a possibilidade de aceitarmos o capital estrangeiro como parceiro na busca do desenvolvimento do Brasil:

Ao não fazer a defesa de que o capital internacional devia ser totalmente rejeitado como parceiro no desenvolvimento da industrialização no Brasil, Jaguaribe produziu uma leitura diversa dos caminhos do desenvolvimentismo no Brasil. Para ele o processo de industrialização brasileira não precisava ser efetivado de modo dependente do capital internacional, mas não precisava repeli-lo em nome de um nacionalismo exacerbado (PRADO, 2007: 7).

Jaguaribe apresentou uma interessante análise crítica sobre o fenômeno populista na América Latina em geral, e no Brasil, em particular. Em seu livro *Problemas do desenvolvimento latino-americano – estudos de política*, publicado em 1967, afirma que “tudo faz crer que o método populista de proporcionar um processo de desenvolvimento político, pelo menos nas condições existentes na América Latina, é inoperante” (JAGUARIBE, 1967: 167). Na interpretação de Jaguaribe, o populismo representaria

uma relação direta entre as massas e um líder, em uma aliança que forneceria ao líder o apoio das massas, em seu objetivo de conquista de poder político. O líder necessitaria ser carismático o suficiente para fazer as massas acreditarem que suas expectativas de ascensão social seriam atingidas, caso ele alcançasse o poder. Além disso, seria típico do populismo que as relações entre o líder e as massas fossem diretas, sem intermediações de qualquer espécie, apoiadas na esperança de que, quanto mais rapidamente fosse entregue ao líder a maior quantidade de poder, mais beneficiadas as massas seriam.

Uma razão pela qual o populismo teria sido um caminho recorrente no desenvolvimento político latino-americano estaria no fato de que houve, na América Latina, uma contenção na modernização das massas, que somente no século vinte veriam difundidos as idéias, os valores, e o comportamento modernos, em função da carência da educação das massas em nosso continente. Isto teria levado a uma conscientização explosiva “de sua condição de miséria, bem como de sua possibilidade de mudar tal estado de coisas através de meios políticos, e investiram suas expectativas [...] no expediente mais direto, ou seja, o líder carismático” (JAGUARIBE, 1967: 168). No caso brasileiro, Jaguaribe aponta como uma das causas do fracasso do populismo a incapacidade de os movimentos populistas conquistarem maiorias suficientemente amplas. Não teriam sido capazes de incorporar, majoritariamente, a classe média, tampouco a maioria do eleitorado.

Guerreiro Ramos: o populismo como fase

Guerreiro Ramos foi um dos intelectuais mais influentes do ISEB e também o diretor do seu Departamento de Sociologia até a sua saída, em dezembro de 1958. No livro *A crise do poder no Brasil*, publicado em 1961, desenvolve cinco formas, ou fases, de políticas no intuito de analisar a evolução da política brasileira. Chama a atenção para o fato de que, apesar de estas fases da política tenderem a surgir sucessivamente podem, eventualmente, apresentar-se simultaneamente.

A primeira política seria a *política de clã*, dominante no Brasil colonial, com seus pequenos grupos de população, com alto grau de isolamento e de auto-suficiência. “O clã é unidade social cujos integrantes acham-se fortemente ligados por laços de

parentesco, em suas várias formas, e de dependência residencial, e não têm consciência de nenhum instituto de direito público” (RAMOS, 1961: 49). Ali, a autoridade do senhor territorial é avassaladora, não se separando o poder privado do poder público. Ramos denomina a segunda política de *política de oligarquia*. Diferentemente da política de clã, cujos limites não vão além dos limites das terras do senhor, a política de oligarquia aparece quando o Estado se organiza nas ordens municipais, provinciais e nacionais. Os antigos clãs teriam se organizados em grupos maiores, as oligarquias, com o objetivo de disputar o poder. Muito embora a política de oligarquia reconhecesse juridicamente o poder público, usava-o como coisa privada. “As oligarquias exercem o poder em obediência a critérios familísticos ou de compadrismos. Daí não tolerarem nos serviços do Estado senão os seus apaniguados” (RAMOS, 1961: 49). No entanto, a diversificação econômica, o crescimento demográfico e, principalmente, a urbanização, são elementos que irão enfraquecer as oligarquias.

Quando começa a “surgir ‘espírito público esclarecido’ e ‘a opinião que se faz respeitar’” (RAMOS, 1961: 55) estarão criadas as condições para o surgimento da *política populista*, a terceira fase de política sugerida por Ramos. O populismo seria um avanço quando comparado à política de clã e à política de oligarquia, pois apelaria apenas para uma discreta solidariedade social, e não para o parentesco em suas diversas formas. Mesmo reconhecendo que já havia sinais de populismo na República Velha, Ramos considera que a política populista só passa a ser dominante depois do fim do Estado Novo. Isto, porque a independência dos eleitores comparada ao sistema eleitoral no período oligárquico e o sucesso eleitoral de líderes populistas somente são possíveis dentro de um quadro eleitoral com um mínimo de respeitabilidade às leis. Os contingentes que haviam recentemente chegado das áreas rurais ainda não dominariam a linguagem ideológica e, portanto, não poderiam influenciar seus líderes neste aspecto. Ramos indica quais seriam, para ele, alguns modelos de líderes populistas: Getúlio Vargas, João Goulart, Adhemar de Barros, Jânio Quadros e Tenório Cavalcanti.

A quarta fase, a *política de grupos de pressão*, seria contemporânea de uma época na qual já há uma abrangente organização de classes sociais em partidos, e uma adiantada estrutura econômica. Já não mais seria possível que os governos fossem exercidos de forma pessoal ou através de apenas simbólicos entraves institucionais.

Estes grupos de pressão seriam a forma de atuação de demanda de diferentes círculos, atuando junto às autoridades dos poderes Executivo, Legislativo e Judiciário. Por fim, onde as atividades produtivas não são bem diferenciadas, não há a ocorrência de formação de grupos ou classes sociais, “distintos em sua psicologia” (RAMOS, 1961: 60). Quando isto ocorre, passa a haver a exigência de uma *política ideológica*, a quinta fase de política de Ramos.

Candido Mendes e o assistencialismo populista

Em *Beyond populism*, dez anos após o movimento militar de 64, e aproximadamente quinze anos após sua saída do ISEB, Candido Mendes de Almeida defende que a vida política brasileira do pós-guerra é marcada por três elementos essenciais. Inicialmente, teria surgido uma polarização persistente entre os seguidores de Vargas e seus opositores. O longo primeiro governo de Vargas, presidente de 1930 a 1937 e, em seguida, chefe do Estado Novo de 1937 a 1945, influenciou profundamente a cena política:

The events of the past thirty years may, in fact, be analyzed as different stages in the confrontation between his heirs and his detractors. From this point of view, the “revolution” of 1964 can be interpreted as the final victory of the anti-Vargas forces after twenty years of partial domination by the populist alliance (MENDES, 1977: 1).

O segundo elemento é que a inflação e a crescente dívida externa destruíram os esforços no sentido de se dar continuidade a políticas de longo prazo, que pudessem passar de um governo para os seguintes. As tentativas no sentido de se debelar a inflação baseadas em políticas ortodoxas de austeridade encontraram forte resistência social e, aos primeiros sinais de recessão, deram lugar a políticas destinadas a aumentar o crescimento econômico. Isto fez com que houvesse um relaxamento no controle de crédito, nas medidas destinadas a conter os gastos públicos, e na pressão por aumentos salariais. A dívida externa passou a ser um elemento político complicador: “*The external debt, which has increased constantly because of the great need for external assistance, has also exacerbated the ‘national question’ among the more or less convinced partisans of nationalism*” (MENDES, 1977: 1). A terceira característica seria

a presença ativa das Forças Armadas, prontas para intervir sempre que os procedimentos “legais” fossem obstaculizados ou parecessem ameaçados: *“Virtually no presidential succession was accomplished ‘constitutionally’ during this period and the Brazilian constitutional framework is extremely fragile”* (MENDES, 1977: 1).

Por trás desta marca na nossa vida política encontraríamos alguma capacidade de adaptação na sociedade brasileira do pós-guerra. Tendo amadurecido em sua situação neocolonial derivada de seu *status* de nação independente, o Brasil experimentou as dificuldades de uma sociedade que se modernizava e industrializava, e estas modificações se refletiriam no jogo político. Segundo Mendes, de uma forma esquemática, a chegada de Getúlio Vargas ao poder em 1930, marcou o fim da República Velha. Antes, a vida política era protagonizada por uma pequena elite nos estados de uma forma altamente descentralizada; as importantes influências políticas eram exercidas pelos grandes proprietários de terras e pelas grandes empresas exportadoras. Agora, a vida política começava a ser aberta a novas classes sociais. O eleitorado, ainda que com a exclusão dos analfabetos, incorporou um número crescente de empregados e operários nas cidades. A política varguista anterior à guerra, claramente reconhecia estas mudanças sociais.

Candido Mendes pontua que as mudanças estruturais precipitadas pelas condições que surgiram após 1945 tornaram possível o começo de mudanças sociais sem que fossem testados os mecanismos de pressão por parte de grupos de interesse e classes sociais: *“Populism benefited from strategies of resource allocation and from development policy which replaced bargaining mechanisms with general economic advances in society”* (MENDES, 1977: 21).

Para Mendes, o populismo procurou substituir o dinâmico processo de demandas sociais e pressões coletivas pelo uso dos mecanismos de Estado na decisão de alocação de recursos: *“The fact that the working class had obtained favorable social legislation without recourse to a general strike clearly points to the weakening [...] of the reciprocity and bargaining which are the bases of the democratic model”* (MENDES, 1977: 21). Talvez em busca da explicação para o fato de que a utilização destas políticas traduzia-se em perda de produtividade, Mendes afirma:

It goes without saying that the benefits received by certain groups and classes in this arbitrary redistribution of resources did not correlate with their actual pressure of bargain power. [...]. The administration became a prisoner of its own manipulations, through the underutilization of state power and through the reversal of dependency relations within a patronage society. It is important to underline that populism's utilization of statutory regulation had a decisive effect on social mobility within the country (MENDES, 1977: 21).

Mendes considera que a utilização, de forma populista, das regulamentações institucionais introduzidas após 1930, teve um efeito decisivo para a mobilização social. Delas surgiram os mecanismos de assistência através dos quais o Estado comandava o processo de mudanças no Brasil, independentemente da força relativa dos grupos em disputa. Como exemplos destas ações, Mendes cita a instituição do salário mínimo, que se tornou necessário em função da expansão do mercado interno e do setor industrial, e a manipulação das taxas de câmbio, com o objetivo de beneficiar a crescente burguesia nacional. De ações com este viés teria surgido um Estado onipresente, cuja relação com a sociedade era ambígua.

Considerações finais

A influência do pensamento cepalino foi marcante sobre os intelectuais isebianos. A idéia de uma vanguarda racional comandando o processo de desenvolvimento latino-americano encontrou um solo fértil no Brasil, onde as idéias socialistas revolucionárias não eram capazes de seduzir parte importante do eleitorado, apesar de os comunistas (oficialmente na ilegalidade) usarem legendas de outros partidos “progressistas” para disputar eleições. A noção de planejamento era vitoriosa naqueles anos, e a possibilidade de mudanças estruturais de amplo alcance, via ação do Estado, era sedutora, eleitoralmente.

Para os intelectuais aqui estudados, o populismo seria um fenômeno produto de uma nova situação proveniente da massificação resultante de uma urbanização ainda fracamente industrializada, que se daria sem a articulação de consciência de classe, e da decadência da velha classe dominante de latifundiários sem a substituição por uma burguesia industrial progressista. A presença de um líder carismático serviria de

catalisador, dadas as outras condições. A preocupação com as eleições estaduais de outubro de 1954, nas quais se ia “tornando cada vez mais nítida a superioridade do ademarismo sobre as demais facções políticas que pretendem disputar o governo de São Paulo” (QUE É O ADEMARISMO, 1981: 23), levou à publicação, no primeiro semestre daquele ano, do artigo *Que é o ademarismo*, no qual as características acima foram analisadas.

As condições conjunturais da época somaram-se às estruturais acima citadas no sentido de que o populismo tivesse um ambiente no qual pudesse se fortalecer. A inflação e a instabilidade política seriam algumas delas. Mas, aqui, volta a pergunta: qual seria a causa e qual seria a consequência? Acredito que a explicação mais atraente seria aquela que visse um crescimento paralelo das demandas populistas e do aumento da inflação e da instabilidade.

Não era, no entanto, o populismo a questão prioritária para aqueles intelectuais do ISEB que pensavam no desenvolvimento do Brasil. Ele deveria ser visto como uma fase, ou um estágio, dentro de um processo que, otimistas, enxergavam ser o desenvolvimentismo modernizador. Os estudos feitos pelos autores aqui estudados sobre o fenômeno do populismo no período do pós-guerra até o movimento militar de 1964, estão repletos de reflexões que nos ajudam a compreender seu surgimento e sua influência sobre os acontecimentos da época. Seus argumentos na defesa de se fazerem as reformas necessárias à nossa modernização levava a que o populismo fosse visto com um olhar condescendente, uma “fase”, ou um elemento a mais a ser utilizado na luta pelo alcance de seus objetivos.

Referências bibliográficas

BIELSCHOWSKY, R. Entrevista a Nelson Torreão. In: **Correio Braziliense**. Disponível em http://www.centrocelsofurtado.org.br/adm/enviadas/doc/25_20070317200346.pdf. Acesso em 15 junho 2008.

JAGUARIBE, H. **O nacionalismo na atualidade brasileira**. Rio de Janeiro: ISEB, 1958.

JAGUARIBE, H. **Problemas do desenvolvimento latino-americano – estudos de política**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1967.

MENDES, C. **Beyond populism**. Albany: State University of New York at Albany, 1977.

PRADO, M. E. Os intelectuais e a nação. Considerações acerca das concepções de Hélio Jaguaribe e do papel do Instituto Superior de Estudos Brasileiros no decênio de 1950. In: **Anais do XXIV Simpósio Nacional de História**. São Leopoldo, Unisinos: Disco óptico org. por Elisabete Leal, 2007.

QUE É O ADEMARISMO? In: SCHWARTZMAN, S. (seleção e introdução). **O pensamento nacionalista e os “Cadernos de Nosso Tempo”**. Brasília: UNB/Câmara dos Deputados, 1981.

RAMOS, A. G. **A crise do poder no Brasil (problemas da revolução nacional brasileira)**. Rio de Janeiro: Zahar, 1961.

SCHWARTZMAN, S. (seleção e introdução). **O pensamento nacionalista e os “Cadernos de Nosso Tempo”**. Brasília: UNB/Câmara dos Deputados, 1981.

TOLEDO, C. N. **ISEB: fábrica de ideologias**. Campinas: Unicamp, 1997.